

O PAPEL DO PROFESSOR...

Ilydio Pereira de Sá / Ana Maria Severiano de Paiva¹

Será que o melhor professor é aquele que explica “tudo certinho”, sem dar tempo ou chance ao seu aluno de fazer perguntas, de ter dúvidas?

Nós há uns vinte anos, com certeza, pensávamos dessa forma. Hoje, diante da complexidade e da velocidade das mudanças que se processam no mundo, nas comunicações, nas relações de trabalho, nas relações sociais e no conhecimento, acreditamos que, reconhecendo a importância da ação do professor, o papel atribuído a este deve ser muito mais o de mediador do processo de ampliação da ação dos diferentes sujeitos sociais, contribuindo para torná-los protagonistas das suas próprias histórias. Protagonismo este que deverá ser desenvolvido através de atividades significativas.

Diante da liberdade de pensar e de agir, surge a necessidade do diálogo, do respeito ao tempo de cada um, sem que isto signifique deixar o fraco como fraco, porque é o seu tempo, mas partir do outro como uma pessoa que é um mundo de possibilidades e não um universo de limitações. Exige do educador ir além do seu conteúdo específico, situando este em um contexto mais amplo de questões identificadas com o aprender a aprender, aprender a ser, aprender a fazer e aprender a conhecer.

Não há receitas e não há fórmulas mágicas. Se isso existisse, tornaria homogêneo o que é diferente, porque é fruto da relação dos homens entre si. Mas aí é que se instala o medo. E este se apresenta mais forte quando se fala em avaliação.

Se admitirmos que avaliação é um processo contínuo, ela se constrói com a participação dos diferentes sujeitos sociais: educadores e educandos. Se é processo, extrapola a marcação do X, do certo, da quantificação de acertos, da utilização de “tabelinhas de conversão de números para letras ou qualquer outro código”. Portanto, sob essa ótica de avaliação, temos que considerar questões fundamentais: “Como avaliar?” “Como devem ser as provas”, “os testes”, “os exercícios”, “os trabalhos”, “as pesquisas”.

É óbvio que isto torna o nosso papel muito complexo, nos remetendo novamente à condição de seres em processo contínuo de construção de seus saberes, nos lembrando que devemos estabelecer um diálogo contínuo com o conhecimento e com os sujeitos: educador– pesquisador.

Essa nova postura (que, aliás, não é tão nova assim) de propor, organizar e coordenar o desenvolvimento das atividades dos alunos substitui,

¹ **Ana Maria Severiano de Paiva** – Professora dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas da Universidade Severino Sombra e do Instituto Superior de Educação (FAETEC). Doutora em Educação.

Ilydio Pereira de Sá – Professor dos cursos de Licenciatura em Matemática, Pedagogia e Administração de Empresas das Universidade Severino Sombra, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira e do Colégio Pedro II. Mestre em Educação Matemática.

com grande vantagem, a de “explicar a matéria”, escolhendo as famosas listas de exercícios e realizando a avaliação através da de um instrumento formal - a prova.

Consultando-se o "Aurélio", verificamos que prova seria *'aquilo que atesta a veracidade ou a autenticidade de alguma coisa'*. Que coisa seria essa? No senso comum de nossas escolas, a prova atestaria muitas vezes a veracidade da limitação dos alunos, do seu fracasso, do pouco esforço, da falta de interesse - o foco sempre nos alunos. Será que não poderíamos ampliar esta discussão e inserir nela os sujeitos da prova, que a nosso ver não são somente os alunos que "em princípio estariam ali para aprender", mas também nos perguntarmos "por aquele que ensina"?

A questão é séria porque quando a iniciamos, em geral, ficamos uns em posição de ataque e outros em posição de defesa. Ora, não existem réus, o culpado não é o professor, muito menos o aluno. São novos olhares para o conhecimento, para os saberes, para quem ensina e quem aprende. São interrogações sobre os sentidos atribuídos à educação no mundo de hoje.

Não se pode admitir mais a exclusão do direito à educação de todos os homens, porque negar este direito é negar outros direitos sociais intimamente relacionados com o capital cultural, com o capital de informações, com o exercício da cidadania.

Para que serve a escola? Para que serve a educação ministrada em um espaço institucionalizado? Será que só consideramos os saberes que se adquirem nos bancos escolares?

Nós não podemos desperdiçar a chance de, ao elaborar as situações de aprendizagem, promover a reflexão dos alunos sobre as experiências e sobre os conhecimentos que forem sendo construídos.

Diante dessa perspectiva, o professor como “facilitador” (não no sentido de entregar pronto, fácil), deverá buscar as melhores condições para que a aprendizagem ocorra, já que são os alunos que devem aprender.

Quantas vezes já dissemos a famosa frase: “eu ensinei tudo, dei todo o programa”. Como podemos dizer isso, se na maioria das vezes os alunos não aprenderam, ou aprenderam a responder apenas o que desejávamos que respondessem numa prova ou teste, sem conseguir verificar a importância, o significado ou mesmo sem conseguir fazer a transferência do que foi “ensinado”?

Queremos ainda destacar que a função do professor sempre foi e continuará sendo insubstituível, mesmo com tecnologias, métodos, manuais e programas supostamente adequados, só que tudo isso depende essencialmente da postura do professor, sem esquecer que tal trabalho docente depende também da forma de gestão e de coordenação da Escola, bem como do uso adequado de todos os fóruns de discussão – como os conselhos de classe – na busca de algo ainda não bem definido e para o qual não existem “receitas mágicas”.